

EDITORIAL

PELA VALORIZAÇÃO DO SUJEITO NA TECNOCIÊNCIA

Rafael de Brito Dias

Ciência e tecnologia nunca foram tão marcadamente presentes em nossas vidas quanto o são agora. Tampouco fomos, no passado, tão dependentes de ambas quanto somos hoje em dia.

Amílcar Herrera, um dos fundadores da vertente latino-americana dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, costumava dizer que a melhor maneira de encerrar uma discussão nos dias atuais é dizer que algo “está cientificamente provado”. A ciência nos proporciona espetaculares interpretações sobre os fenômenos físicos, químicos e biológicos que ocorrem dentro de nossos corpos e ao redor deles. Do funcionamento dos átomos ao funcionamento do universo (ou seria “dos universos”?), a ciência nos diz tudo. E condiciona até nossas escolhas mais triviais: o creme dental é recomendado por especialistas? Quantos problemas bucais ele ataca?...

Dizem que a tecnologia nos oferece condições materiais de vida cada vez melhores. Ao menos para aqueles (poucos) que podem gozar das inúmeras possibilidades de consumo de bens e serviços que a alta modernidade tem disponibilizado. Mesmo para esses, contudo, a tecnociência tem se mostrado, em grande medida, uma amante fugaz. Vejamos, por exemplo, os homens e mulheres que não mais sabem precisar onde termina o trabalho e começa o lazer. Ao mesmo tempo em que as tecnologias da informação e da comunicação nos propiciaram conforto e possibilitaram o encurtamento de distâncias antes intransponíveis, nos fizeram reféns da velocidade dos gadgets e da exposição quase que irremediável das redes virtuais.

Não deveríamos ser apenas espectadores desses processos. Deveríamos refletir sobre seus significados, condicionantes e efeitos para, a partir daí, conceber formas que permitam que rompamos com essa postura contemplativa. Sejamos sujeitos dessa narrativa tecnohumana que é a nossa vida.

Alguns dos muitos questionamentos necessários, nesse sentido, são: como valorizar o sujeito na tecnociência? Como recuperar a centralidade do humano e do social nessas narrativas? Como formular e implementar ações que nos conduzam rumo a esse objetivo?

Tais questões têm movido, no campo acadêmico, algumas reflexões recentes sobre a relação entre ciência-tecnologia-sustentabilidade-inclusão social. São ainda

pouco numerosas, é verdade. Mas o número de pesquisadores envolvidos com o tema tem crescido gradualmente ao longo dos últimos anos.

É ao redor dessas questões que orbitam os trabalhos que compõem este número da revista.

Os dois primeiros artigos, de autoria de Florencia Arancibia e Mariano Zuckerfeld, respectivamente, discutem os principais desenvolvimentos conceituais acerca da importância do conhecimento tácito na produção de conhecimento e na geração de tecnologias. Trata-se de uma discussão extremamente útil – e há muito postergada – no âmbito das reflexões sobre a relação entre ciência, tecnologia, sustentabilidade e exclusão/inclusão social. O diálogo que os autores propõem entre distintas abordagens (economia da mudança tecnológica, economia regulacionista, economia neoinstitucionalista, sociologia da ciência, neurociências) contribui em grande medida para o avanço dessas reflexões, uma vez que sistematiza de forma didática as contribuições (e limites) de cada uma delas. É justamente na possibilidade de integrar essas diferentes perspectivas que se pode perceber a riqueza conceitual e metodológica que poderia ser explorada de forma a oferecer respostas mais completas e aderentes às questões acerca do papel do conhecimento tácito no desenvolvimento de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social e para a sustentabilidade.

O terceiro artigo que compõe este número, de Vanessa de Jesus e Renato Dagnino, discute a centralidade do papel do “usuário” da tecnologia social a partir de um conceito poderoso, porém ainda escassamente explorado: o de “resistência sociotécnica”. A partir da análise de um conjunto de experiências de reaplicação do “Kit PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável” os autores questionam a lógica de transferência de pacote tecnológico para os usuários, que permanecem excluídos do processo de desenho da tecnologia social em questão. Nessa perspectiva, trata-se mais de um caso de “replicação” do que de “reaplicação” de tecnologia, em pouco se diferenciando das iniciativas ofertistas e paternalistas de produção de tecnologias apropriadas que têm ocorrido desde a década de 1960. Observando pequenas intervenções feitas pelos usuários no Kit PAIS, os autores argumentam que tem havido um processo de resistência, por meio do qual se busca resistir a uma ordem sociotécnica outorgada de cima para baixo. Essa constatação pode servir de ponto de partida para outros estudos que se propuserem a analisar processos similares de resistência “por meio” da tecnologia, e não apenas “à” tecnologia.

O quarto trabalho é de autoria de Paula Peyloubet, Valeria Fenoglio, Noelia Cejas, Laura Barrionuevo, Gabriela Valladares, Álvaro di Bernardo e Emiliana Martina, e explora uma experiência de desenvolvimento de uma tecnologia social para a habitação popular na cidade de Concordia, Argentina. Trata-se de uma experiência inovadora, sobretudo por ter como proposta orientadora a subversão da forma tradicional de abordagem de problemas dessa natureza, geralmente muito pontual e, por esse motivo, pouco efetiva. No âmbito da experiência, a intervenção sobre os desafios ligados diretamente ao tema da habitação não é tomada como objetivo final, mas como uma forma de gerar dinâmicas que permitam potencialmente enfrentar uma série de outros problemas ligados, por exemplo, à geração de energia, à produção de alimentos e à gestão de recursos hídricos. Trata-se de uma experiência que reforça, portanto, a noção de que o desenvolvimento de uma determinada tecnologia social não deve ser entendido como o objetivo último da intervenção, mas sim como um percurso que gera dinâmicas inclusivas e ao longo do qual podem ser solucionados múltiplos problemas.

Fecha esta edição um documento produzido por representantes do movimento sindical brasileiro por ocasião da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2010. Nele são apresentadas recomendações aos participantes da Conferência, pautadas em uma análise das características e dinâmicas do "Sistema Nacional de Inovação" brasileiro, bem como da "importância estratégica" da inovação tecnológica para o desenvolvimento nacional. Em consonância com a racionalidade que historicamente permeia a política científica e tecnológica brasileira, o documento adota uma perspectiva marcadamente positiva em relação ao tema, tratando a inovação tecnológica de forma instrumental e ignorando que se trata de um conceito que, ao contrário do que atualmente se prega, é histórica e politicamente situado. E, sem dúvida alguma, é carregado de valores e ideologia. Não chega a ser curioso, portanto, o fato do movimento sindical partilhar da mesma visão que tem a classe empresarial sobre o tema. C&T (& I, claro!) constituem um daqueles objetos perigosos que apenas se apresentam acima da ideologia e da política, mas são, em essência, inegavelmente ideológicos e políticos, como vêm mostrando, há décadas, as reflexões produzidas no âmbito dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia.

O conjunto dos trabalhos aqui reunidos é, como evidenciado pela rápida apresentação acima, de grande valor para aqueles interessados no desenvolvimento de conceitos, métodos e estratégias de intervenção que potencializem o avanço da

produção de ciência e tecnologia para a inclusão social e para a sustentabilidade. Uma discussão extremamente relevante para nosso contexto, embora ainda não tão frequente e sistemática quanto deveria ser. Certamente este material pode auxiliar nessa construção.

Boa leitura!